

GLOBO



MARCIO MOREIRA ALVES

de Brasília

Educação primária

• O primeiro estudo sobre a situação do ensino primário no Brasil foi publicado em 1867. O autor, José Liberato Barroso, deputado por Pernambuco, conselheiro do Império, teve de destrinchar os relatórios anuais dos governadores das províncias, para chegar a um resultado aproximado: para uma população livre de 8,3 milhões de pessoas, havia apenas 104 mil alunos em escolas primárias, ou seja, um aluno para 80 cidadãos.

A Constituição do Império já garantia, no seu artigo 179, a educação primária universal e gratuita. No entanto, outro artigo atribuía às assembléias provinciais o dever de legislar sobre o assunto e José Liberato afirmava que muito poucas se interessaram em fazê-lo. Não eram só os escravos os excluídos do bê-á-bá. A maior parte das meninas também ficava analfabeta. Para 64.369 meninos inscritos nas escolas públicas, havia apenas 20.817 meninas, e, nas escolas particulares, 10.993 meninos para 6.277 meninas.

O ensino, além de escasso, era péssimo. O presidente da província de São Paulo escreveu, em 1865, que "os colégios particulares em geral têm unicamente em vista o lucro, pouco se importando com a instrução, a moralidade ou mesmo com a saúde dos alunos que lhes são confiados, para eles meros objetos de especulação".

Os números mudaram muito. Hoje, nos principais estados, há escolas públicas suficientes para atender a quem as procure. As filas para matrículas que continuamos a ver são provocadas, sobretudo, porque há escolas consideradas pelos pais melhores que outras e porque o deslocamento das populações sobrecarrega algumas áreas, enquanto em outras sobram vagas.

Apesar de existirem vagas, milhões de crianças continuam fora das escolas e outros muitos milhões que nelas estão matriculados não aprendem o suficiente para adquirir um mínimo de empregabilidade. A situação da educação básica continua precária, mas o conjunto da sociedade já despertou para o problema. União, estados e municípios reconhecem as suas carências e dão prioridade para resolvê-las. Mais importante, talvez: a iniciativa privada comece a acreditar no que há anos se repete: a educação básica precisa ser considerada um assunto de todos, ao qual todos podem dar a sua contribuição, para que a vida econômica se desenvolva com fluência.

O que se deve ensinar nas escolas para ter a atenção dos alunos e fazê-los aprender é um tema discutido pelos pedagogos há pelo menos 70 anos. A primeira escola primária verdadeiramente moderna, integrada com a comunidade, com uma biblioteca aberta a um círculo de mães, foi fundada em 1919 pela professora Armando Alvaro Alberto, em São

João de Meriti. Em 1927, a pioneira fez uma comunicação sobre o seu trabalho na Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba. Dizia:

1. Os métodos de educação que levam a criança a observar, a experimentar, a descobrir por si são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia;

2. A escola primária tem de ser regional, o que não a impede de ser brasileira;

3. A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um círculo de mães.

4. Sem a iniciativa particular o Brasil não resolverá tão cedo o problema da educação do seu povo, simplesmente porque faltam à União e aos estados recursos suficientes.

Aqueles que só dispõem de boa vontade fundem associações como a nossa, que se ocupar da criança ainda é a mais humana função da nossa espécie.

O mais antigo e maior investimento privado em educação é o da Fundação Bradesco, que tem dezenas de milhares de alunos espalhados pelas escolas que constrói pelo Brasil inteiro. A sua base econômica é semelhante à das grandes fundações americanas, criadas com as doações de milionários que, assim, perpetuaram os seus nomes: Ford, Rockefeller, Carnegie e tantos outros. Amador Aguiar deixou para a Fundação a maior parte da sua fortuna. Uma iniciativa original é a do Instituto de Qualidade no Ensino, fundado em 1992, em São Paulo. Nasceu de uma consulta da Câmara Americana de Comércio aos seus associados, indagando qual o setor social que gostariam de ajudar.

O Instituto é hoje mantido pelas contribuições de 83 empresas, algumas brasileiras, a maioria multinacionais, e se dedica a treinar professores de português e matemática, tendo como meta fazer com que os seis mil alunos do 1º ao 4º ano de escolas na periferia da capital consigam aprender 75% do conteúdo dos currículos dessas matérias. Os resultados têm sido tão animadores que a demanda ultrapassou em muito a capacidade do Instituto em atendê-la.

A solução que encontraram foi sistematizar os seus métodos em um "Kit Escola", que levou dois anos para ser preparado e custou 1,5 milhão de dólares. Esperam, com ele, conseguir multiplicar os resultados da experiência.